

Políticas públicas, a formação humana e o trabalho no contexto da educação de pessoas jovens, adultas e idosas: espaços democráticos de lutas e de resistências

Ao iniciarmos a apresentação deste dossiê **Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, o trabalho e as políticas públicas**, remetemo-nos ao prefácio de Lisete Arelaro na obra “Pedagogia da Tolerância” que contém textos de Paulo Freire, organizados por Ana Maria Araújo Freire. Arelaro buscou denominar o que captou como tolerância na obra do patrono da educação brasileira:

[...] tolerância como *qualidade de conviver com o diferente, não com o inferior*, tolerância para com a incoerência ideológica dos atos pedagógicos, que, aos poucos e sempre, vai construindo o caminho do respeito pelo outro, pelos educandos. A indignação pelo capitalismo. Que nesse percurso gesta o compromisso social dos professores com os interesses da maioria, dos grupos populares espoliados; a “prática que dá vida ao discurso” da educação como direito de todos, no cotidiano, no jogo das contradições e do poder [...] (Arelaro, 2020, p. 11).

É esse percurso de indignação com as desigualdades geradas pelo capitalismo, o compromisso social para com a educação de pessoas jovens, adultas e idosas e a “prática que dá vida ao discurso” que captamos nos artigos apresentados neste dossiê.

São oito artigos que tecem uma articulação temática metodológica e teórica, com o objetivo de apresentar estudos no campo da Educação de Jovens e Adultos. Os textos perpassam com centralidade o trabalho constitutivo da vida humana no contexto da sociedade capitalista, uns de forma mais focada e outros tangencialmente. Além disso, é possível identificar duas dimensões no conjunto dos textos:

a) As políticas públicas que permeiam os princípios curriculares e os elementos de inserção e de permanência desses sujeitos, tanto na Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, como também aquelas voltadas aos egressos da EJA que frequentam o ensino superior em uma universidade pública brasileira;

b) As especificidades de um domínio epistemológico e do respectivo campo de práticas de formação de pessoas jovens, adultas e idosas, particularmente quando se pensa que essas pessoas dão razão principal às ações dessa formação.

Importante salientar que a primeira dimensão – a das *Políticas Educativas* – perpassa elementos em todos os estudos. No entanto, tais políticas são discutidas em quatro artigos de forma singular, a saber:

O primeiro artigo de autoria de Jaqueline Pereira Ventura e Adriana Barbosa da Silva, ambas da Universidade Federal Fluminense de Niterói, Rio de Janeiro, intitula-se **Políticas de currículo para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores: sentidos e interesses em disputa na contemporaneidade**, o qual analisou a legislação federal para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), focalizando a Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021 (Brasil, 2021), que redefiniu as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos e, entre outros aspectos, alinhou a EJA à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto, as autoras desenvolveram um estudo bibliográfico e documental sobre tais normativas e seus impactos nas políticas de currículo para EJA. Tomando como principal referencial teórico-metodológico o materialismo histórico, as autoras situam que:

[...] as reformas curriculares em curso colaboram para a reiteração da educação para a subalternidade, ou seja, para a continuidade e a ampliação dos currículos aligeirados, com redução de tempo e de acesso ao conhecimento científico aos jovens e adultos trabalhadores. Reafirma-se a concepção de formação humana integral na perspectiva da emancipação humana, considerando que as políticas de currículo para a EJA precisam problematizar os variados processos de produção social da existência, as expectativas e diferenças dos estudantes, jovens, adultos e idosos da classe trabalhadora, como representantes da diversidade de vozes silenciadas pela desigualdade estrutural da sociedade brasileira [...] (Ventura e Silva, 2024, p. 1).

Mediante essas constatações, as autoras concluíram que as recentes mudanças na legislação e nas políticas de currículo para a EJA representam um retrocesso para a modalidade, intensificando a sua precarização e desvalorização. Além disso, defendem a necessidade de resistência a essas políticas e a construção de uma EJA que seja de fato um instrumento de emancipação humana e transformação social.

O segundo texto **Trabalho, educação e juventude: impacto das Medidas Coercitivas Unilaterais (MCU) na juventude venezuelana** é de autoria de Samuel Hilcias Carvajal Ruiz (Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, UNESR, Caracas, Venezuela), que faz uma análise sobre os impactos diretos e

indiretos no setor educacional e laboral do país, e de maneira específica, na educação dos jovens e nas saídas laborais para esse grupo populacional significativo. Nessa perspectiva, discute um conjunto de medidas coercitivas unilaterais (MCU), apresentadas à opinião pública da Venezuela e a outros países como "sanções". Considerando essas medidas, no estudo o pesquisador desenvolve uma análise que:

[...] enfatiza aspectos da política educacional e Trabalhista do país, revisando aqueles voltados para a juventude venezuelana e sua relação com as oportunidades de trabalho. Por fim, são analisados criticamente os impactos regressivos do MCU sobre aspectos das políticas sociais descritas, configurando a complexidade do futuro da juventude venezuelana em um cenário condicionado por esse tipo de agressão [...] (Ruiz, 2024, p. 1).

O autor conclui que as MCU representam uma forma de guerra híbrida contra a Venezuela, com graves consequências para a população, especialmente para a juventude. A recuperação e o futuro do país dependem da superação dos desafios impostos por essas medidas e da reconstrução de um modelo de desenvolvimento socialmente justo e inclusivo.

O terceiro artigo **Criações cotidianas dos trabalhadores-estudantes no Proeja: atos de resistência da “desordem” na ordem** tem como autores os pesquisadores Marinaide Lima de Queiroz Freitas (Universidade Federal de Alagoas, Alagoas), Maria de Fátima Feitosa Amorim Gomes (Instituto Federal de Alagoas, Ifal, Maceió, Alagoas), Paulo Marinho (Universidade do Porto, Porto, Portugal) e Jailson Costa da Silva (Instituto Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas). O artigo é resultado de uma investigação (2022-2024), que faz parte da pesquisa guarda-chuva *Permanência e cultura organizacional escolar no Proeja: a construção de comunidades de aprendizagem*, em parceria entre a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e o Instituto Federal de Alagoas (Ifal), financiada pelo CNPq. A pesquisa está sendo desenvolvida em quatro *Campus* do Ifal ofertantes de cursos de nível médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos Integrados à Educação Profissional Técnica (EJA/EPT) e envolve docentes, discentes, estudantes e setor pedagógico. O trabalho situa o recorte em relação às ações dos sujeitos/estudantes do curso Técnico de Artesanato (*Campus Maceió/Ifal*), quanto à resistência pelo direito à educação em que:

[...] seus percursos estudantis expressaram o uso de táticas de resistência para burlarem a ordem estabelecida e ocuparem seus espaços no intuito de permanecerem em um ambiente, que a princípio não foi criado para eles. Esses atos situaram-se desde as resistências para situações corriqueiras de ordem pessoal e externas ao ambiente escolar, anunciando a necessidade de a escola compreender e articular-se com os compassos da vida [...] (Freitas *et al.*, 2024, p. 1).

Logo, os autores concluem que a permanência na EJA/EPT é um processo desafiador que exige dos estudantes grande capacidade de resistência e insistência. As “táticas” utilizadas por eles para superar as dificuldades revelam sua força e criatividade. A pesquisa ressalta a importância da EJA/EPT como ferramenta de transformação social e aponta para a necessidade de ações conjuntas entre as instituições de ensino, as famílias e o poder público para garantir o direito à educação para todos.

O quarto texto também volta seu olhar para os estudantes da EJA, mais especificamente para aqueles que já concluíram sua formação na EJA e buscam a sua presença no Ensino Superior com o título provocativo e que toma uma das falas dos sujeitos da pesquisa que afirmou: **“Eu pensava que escola não seria para mim”**: os encontros que entrelaçam as trajetórias de vida e de escolarização dos sujeitos egressos da EJA no âmbito universitário. O artigo é de autoria de Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin e Roberta de Jesus Muniz, ambas da Universidade Federal de Santa Catarina, que situam o estudo dos entrelaçamentos das trajetórias de vida e de escolarização dos sujeitos egressos na EJA e de seu acesso ao Ensino Superior em cursos de graduação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), no Campus VI, em Caetité, por meio da análise documental e de entrevistas semiestruturadas, realizadas com seis participantes, cujos resultados do estudo apontam que:

As narrativas expressam a mobilização e os suportes como principais elementos para seu ingresso em cursos superiores e, ainda, destacam que, para concluir os estudos na Educação Básica e chegarem à universidade, os egressos contaram com suportes materiais (trabalho, institucionais/bolsas) e simbólicos (familiares, amigos, círculos de socialização), elementos que apontam para a necessidade de políticas públicas para a permanência dos estudantes trabalhadores da EJA nas instituições escolares e universitárias (Muniz; Laffin, 2024, p.1).

As autoras refletem sobre o fato de que o acesso ao Ensino Superior para egressos da EJA é um processo marcado por obstáculos socioeconômicos e pela necessidade de conciliar múltiplos papéis sociais – vivenciados no contexto da família, do trabalho e da escola – assumidos pelos(as) estudantes em suas trajetórias. A EJA constituiu um suporte fundamental, e a presença de outros suportes materiais e simbólicos se mostram cruciais para a permanência e o sucesso deles na universidade.

A pesquisa contribui para a compreensão das complexas realidades de jovens e adultos que buscam inserção social e educacional, apontando para a necessidade

de políticas públicas e práticas pedagógicas mais inclusivas e atentas às suas necessidades no âmbito do ensino superior.

O quinto artigo, intitulado **Provimento da Educação de Jovens e Adultos sob o olhar de coordenadores municipais em Minas Gerais**, é de autoria de Anna Carolina de Paiva Leal (Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais), Fernanda Aparecida Rodrigues Silva (Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais) e Leôncio Soares (Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais). Resulta de uma investigação que teve como problema questionar se os esforços empreendidos pelo poder local efetivam o direito educacional da população jovem, adulta e idosa. O artigo situa a questão do direito da educação básica a todas as pessoas, por meio de um estudo com 29 municípios mineiros inicialmente, com o aprofundamento da análise em 10 municípios, “[...] tendo como preocupação central verificar o provimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em um momento em que turmas e escolas são fechadas em todo o País” (Leal; Silva; Soares, 2024, p. 1).

Metodologicamente, os autores procederam a análise de etapas quanti-qualitativas para a contagem de escolas e de matrículas do Ensino Fundamental EJA e a validação dos dados pelos gestores municipais. Esse mapeamento mostrou acentuada tendência negativa das matrículas, como o que vem ocorrendo na realidade nacional. A análise do olhar dos coordenadores municipais da EJA aponta que “[...] na EJA dos municípios, convergem tensões multilaterais que se associam à descontinuidade do executivo e às condições políticas da oferta municipal e seus desdobramentos [...]” (Leal; Silva; Soares, 2024, p. 1).

Concluem o estudo ao afirmar que a oferta de EJA em Minas Gerais apresenta singularidades e convergências entre os municípios, mas ainda está longe de atender à demanda potencial de matrícula para a EJA. A falta de investimento, a nucleação de escolas, a formação docente inadequada e a oferta “monotemporal” são alguns dos fatores que contribuem para essa realidade. Os autores destacam a importância “[...] do monitoramento da oferta de EJA na agenda municipal visto ser uma arena em que disputam vontade política e capacidade administrativa [...]” (Leal; Silva; Soares, 2024, p.1).

Na sequência, apresenta-se três artigos categorizados na segunda dimensão que se referem às especificidades de um domínio epistemológico e do respectivo campo de práticas de formação de pessoas jovens, adultas e idosas, particularmente quando se pensa que essas pessoas dão razão principal às ações dessa formação:

O primeiro texto **Histórias de vida e formação experiencial de pessoas adultas aposentadas**, de autoria de Maria das Neves (Associação Nacional de Gerontologia, Pernambuco) e de Carmen Cavaco (Universidade de Lisboa), apresenta uma reflexão sobre o fato do aumento do número de aposentados na atualidade, em função da melhora da expectativa média de vida. A partir disso, no artigo, as pesquisadoras objetivam analisar os processos de formação experiencial de pessoas adultas aposentadas a partir das suas histórias de vida, mediante um estudo empírico do tipo biográfico, com a realização de entrevistas com seis indivíduos de idade superior a 60 anos, residentes no Brasil. Para isso, buscaram “[...] compreender a forma como os sujeitos da pesquisa apropriaram as suas experiências, em especial aquelas que consideraram mais significativas na sua formação [...]” (Neves; Cavaco, 2024, p. 1).

O estudo destaca a singularidade das experiências e a sua importância na formação das pessoas adultas aposentadas. Essa singularidade da trajetória e do modo como cada sujeito (re)apropria e (re)elabora a experiência origina o processo da individuação, desenvolvida nos percursos de vida e nos processos formativos que marcam as biografias de pessoas adultas na fase mais adiantada da vida – a velhice. Os momentos significativos, as transições biográficas e a busca por autonomia contribuem para a construção da identidade e da individualidade. A formação experiencial é um processo contínuo, permeado por influências socioculturais e subjetivas, moldando a trajetória de vida de cada sujeito.

Travestis e transexuais nas pesquisas em educação de jovens e adultos é o texto de autoria de Danúbia Franklin Lima Santos, Adriana Regina Sanceverino, as duas da Universidade da Fronteira Sul, no Rio Grande do Sul; e Samira de Moraes Maia Vigano da Universidade do Estado de Santa Catarina. Essas pesquisadoras documentam uma pesquisa do estado do conhecimento com o objetivo de analisar as investigações sobre a presença das travestis e transexuais na Educação de Jovens e Adultos - EJA no Brasil. Para tanto, desenvolveram uma revisão teórica de produções levantadas em diversas plataformas acadêmicas, como a Scielo Brasil, BDTD, Catálogo de Teses e Dissertações Capes, Periódicos Capes e Anped.

O artigo identifica ainda um número restrito de pesquisas sobre a temática, especialmente em níveis de mestrado e doutorado. Ressalta-se que nelas a EJA é identificada como um espaço crucial para a inclusão e o desenvolvimento das pessoas que se identificam como travestis e transexuais, proporcionando acesso à

educação, desenvolvimento da cidadania e oportunidades profissionais. Contudo, percebe-se desafios para essa inclusão, uma vez que as investigações apontam discriminações, preconceitos com essas pessoas, além de se evidenciar a violência institucional, assim como da ausência de políticas públicas mais inclusivas a essa população.

Portanto, o artigo aponta que apesar do espaço / campo de pesquisa ser ainda incipiente, é de extrema relevância para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A EJA, enquanto modalidade de ensino que busca democratizar o acesso à educação, tem um papel fundamental nesse processo; e a garantia dos direitos de travestis e transexuais deve ser uma prioridade na agenda educacional brasileira.

O último texto **Educação de jovens e adultos e seus sujeitos: especificidades de um domínio epistemológico e de um campo de práticas**, de autoria de Joaquim Luís Medeiros Alcoforado (Universidade de Coimbra/Portugal), Tânia Regina Dantas (Universidade do Estado da Bahia) e Sidney Magaly Gaya (Universidade Federal de Santa Catarina), mediante a pesquisa bibliográfica com enfoque na compreensão dos sujeitos da EJA como modalidade da Educação Básica, debate elementos relativos aos domínios epistemológico e histórico, além do campo de práticas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Reafirma a EJA como um campo de estudos, práticas e investigação e as especificidades dos sujeitos da educação de jovens e adultos. Os autores ressaltam a necessidade do trabalho pedagógico que considere o seu repertório de experiências, conhecimentos e saberes dos estudantes, buscando a construção de suas subjetividades. Além disso, destacam a necessidade da formação docente tomar como base as epistemologias presentes no campo de conhecimentos da EJA, que já conta com uma produção significativa de saberes e práticas. Por último, apontam para a importância de que as políticas de EJA integrem estratégias intersetoriais de desenvolvimento comunitário para a formação geral e para o trabalho, pela criação de formas de geração de renda e de inclusão digital, entre outras medidas. Políticas essas que precisam ter continuidade e com financiamento adequado por parte das instituições públicas.

Ao analisar o conjunto dos artigos apresentados no dossiê **Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, o trabalho e as políticas públicas**, é possível reafirmar elementos que problematizam direitos fundamentais de todas as pessoas, entre eles a educação e o trabalho, como elementos constituintes e fundamentais da vida humana e percebido. Ainda, em função das problemáticas dos artigos, é

possível evidenciar movimentos e olhares de resistências democráticas nas duas dimensões do dossiê, que tomam como fundamento qualificar e compreender as pessoas que constituem a EJA.

Em relação à localização geográfica na produção dos artigos, contamos com três autores e uma autora de Portugal e um da Venezuela. Perante esse dado, é possível afirmar que metade dos artigos que compõem o dossiê conta com a colaboração de investigadores estrangeiros.

Há representatividade em 3 regiões e 5 estados das autoras e autores do Brasil, conforme se demonstra na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Origem das autoras e autores do Brasil

Região	Estados	Quantidade de autoras	Quantidade de autores
Nordeste	Alagoas	3	1
	Bahia	1	
Sudeste	Minas Gerais	2	1
	Rio de Janeiro	2	
Sul	Santa Catarina	4	
	Rio Grande do Sul	2	
Total		14	2

Fonte: Elaboração das autoras com base nos artigos do dossiê, 2024.

Salienta-se a representatividade feminina na produção do dossiê, 14 pesquisadoras do Brasil e uma de Portugal, e um total de seis pesquisadores (quatro do exterior e dois brasileiros).

Percebemos que há uma relevância nas temáticas da EJA em pesquisa fora do Brasil, e destacamos que as regiões representadas com maior ênfase nesse dossiê estão diretamente vinculadas com o maior número de pesquisas no campo da EJA.

Cabe-nos dizer que as temáticas e as análises dos artigos sinalizam para a necessidade premente da tolerância autêntica na compreensão do contexto atual, no qual:

O que a tolerância autêntica demanda de mim é que *respeite* o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opções, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por me ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o outro. A algo que me parece fundamental e até prévio a qualquer indagação em torno da tolerância é **que ela é uma instância da existência humana** [...] (Freire, 2020, p. 26, grifo nosso).

Nesse sentido de compreensão da existência humana, do respeito ao diferente e da construção da legítima tolerância, os estudos apresentados são perpassados por uma riqueza teórico-metodológica e ressaltam o potencial político de articularem a participação social dos diferentes sujeitos, das políticas, das práticas pedagógicas e

Organizadoras

Maria Hermínia Lage
Fernandes Laffin
(UFSC)

Samira de Moraes Maia
Vigano (UDESC)

dos processos educativos, na busca da diminuição das desigualdades sociais pela via de inserção e permanência social na EJA, por parte dos e das estudantes trabalhadores(as) e de outras pessoas que vivem outras trajetórias de vida.

Desejamos a todos e a todas boa leitura e bons estudos.

Referências

ALCOFORADO, Joaquim Luís Medeiros; DANTAS, Tânia Regina; GAYA, Sidneya Magaly Gaya. Educação de Jovens e Adultos e seus sujeitos: especificidades de um domínio epistemológico e de um campo de práticas. **Perspectiva**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 1–18, 2024.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Prefácio. In: FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **Pedagogia da tolerância**/ Paulo Freire. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020, p. 11-12.

CARVAJAL RUIZ, Samuel Hilcias. Trabalho, educação e juventude: impacto das medidas coercitivas unilaterais (MCU) na juventude venezuelana. **Perspectiva**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 1–22, 2024. DOI: 10.5007/2175-795X.2024.e93316. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/93316>. Acesso em: 22 nov. 2024.

FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **Pedagogia da tolerância**/ Paulo Freire. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

GOMES, Maria de Fátima Feitosa Amorim; FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz; MARINHO, Paulo; SILVA, Jailson Costa da. Criações cotidianas dos trabalhadores-estudantes no Proeja: atos de resistência da “desordem” na ordem. **Perspectiva**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 1–14, 2024. DOI: 10.5007/2175-795X.2024.e92144. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/92144>. Acesso em: 22 nov. 2024.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; MUNIZ, Roberta de Jesus. Eu pensava que escola não seria para mim: encontros que entrelaçam as trajetórias de vida e de escolarização dos sujeitos e o acesso ao Ensino Superior. **Perspectiva**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 1–25, 2024. DOI: 10.5007/2175-795X.2024.e93317. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/93317>. Acesso em: 22 nov. 2024.

LEAL, Anna Carolina de Paiva; SILVA, Fernanda Aparecida Rodrigues; SOARES, Leôncio. Provimento da Educação de Jovens e Adultos sob o olhar de coordenadores municipais em Minas Gerais. **Perspectiva**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 1–17, 2024. DOI: 10.5007/2175-795X.2024.e94540. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/94540>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SANTOS, Danúbia Franklin Lima; SANCEVERINO, Adriana Regina; VIGANO, Samira de Moraes Maia. Travestis e transexuais nas pesquisas em educação de jovens e adultos. **Perspectiva**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 1–19, 2024. DOI: 10.5007/2175-795X.2024.e92869. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/92869>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SILVA, Maria das Neves; CAVACO, Carmen. Histórias de vida e formação experiencial de pessoas adultas aposentadas. **Perspectiva**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 1–15, 2024. DOI: 10.5007/2175-795X.2024.e93825. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/93825>. Acesso em: 22 nov. 2024.

VENTURA, Jaqueline Pereira; SILVA, Adriana Barbosa da. Políticas de currículo para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores: sentidos e interesses em disputa na contemporaneidade. **Perspectiva**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 1–22, 2024. DOI: 10.5007/2175-795X.2024.e93269. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/93269>. Acesso em: 22 nov. 2024.

